

## A ciência peculiar de Joaquim Antonio Alves Ribeiro: Ceará – Harvard – Ceará, de Eduardo Henrique Barbosa de Vasconcelos (Teresina: Cancioneiro, 2024)

**Breno Ferraz Leal Ferreira** | Etec-SP

[breferreira@gmail.com](mailto:breferreira@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0003-2340-8503>

Joaquim Antonio Alves Ribeiro (Icó, 1830 – Fortaleza, 1875) foi o primeiro médico brasileiro a se formar em Harvard (1853); criou o primeiro gabinete de história natural do Ceará, uma instituição particular; fundou o primeiro periódico cearense voltado à difusão de conhecimentos médico-científicos; foi pioneiro no uso de um tipo de anestésico no Brasil; realizou outras atividades de cunho médico-científico, como o envio de objetos naturais para coleções no exterior e a contribuição com instituições públicas cearenses. No entanto, a despeito de sua relevância, é ainda personagem pouco reconhecido pela historiografia das ciências.

A hipótese discutida no livro do historiador Eduardo Henrique Barbosa de Vasconcelos, *A ciência peculiar de Joaquim Antonio Alves Ribeiro: Ceará – Harvard – Ceará*, é que não se trata propriamente de um desconhecimento, mas sim de uma obliteração produzida por uma operação historiográfica desenvolvida em razão de um projeto político de elites “nacionais” – na verdade, sudestinas –, as quais sempre enfatizaram instituições científicas sobretudo do Sudeste como espaços quase exclusivos de pesquisa e desenvolvimento de atividades científicas na história do Brasil.

Vasconcelos é professor do curso de História da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Anteriormente, já havia investigado médicos cearenses em sua pesquisa de mestrado, *Fazer o bem sem olhar a quem: aspectos médicos e outras possibilidades no Ceará no final do século XVIII e início do século XIX*, defendida em 2007 na Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. O livro agora publicado tem origem na sua tese de doutorado, *“Antes do sol matar a flor”: Joaquim Antonio Alves Ribeiro, o Gabinete de História Natural e a ciência no Ceará (segunda metade do século XIX)*, defendida em 2023 no Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sob a orientação do prof. dr. Temístocles Cezar e com financiamento da Capes.

A obra é composta de três capítulos. O argumento do primeiro (“Uma história interposta”) é que o fenômeno da seca (assim como o cangaço, o messianismo e o mandonismo) sempre

foi visto pelos historiadores como elemento obrigatório a qualquer tipo de explicação relativa à história do Ceará, um elemento que confere inteligibilidade a todo tipo de objeto. O capítulo compreende também a análise de um conjunto de obras da historiografia da ciência que, argumenta o autor, estabeleceu instituições, sobretudo de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, como *loci* especial da produção científica no Brasil. O segundo (“Trajetória *sui generis*: uma família, dois primos e muitos objetos”) focaliza o dr. Alves Ribeiro: identifica um conhecimento superficial de sua biografia por parte dos historiadores das ciências e traz resultados de sua própria pesquisa, como novos dados relativos à formação e atuação do personagem. O terceiro (“As atividades científicas desenvolvidas pelo dr. Alves Ribeiro”) trata das suas atividades médico-científicas. Os objetivos incluem mostrar que a seca não é um elemento necessário à compreensão da trajetória e atividades de Alves Ribeiro e que ele constituiu um exemplo de prática científica relevante, demonstrando que fazer ciência também é possível longe do Sudeste e de instituições estatais derivadas da tradição científica europeia.

Conforme Vasconcelos analisa no primeiro capítulo, os principais eventos relacionados a atividades científicas no Ceará só foram explicados em função de virtudes epistêmicas dos próprios cientistas como indivíduos (já que executadas em meio a condições climáticas e materiais adversas) ou por fatores externos àquele estado/província. Assim, o naturalista João da Silva Feijó, que lá desenvolveu atividades científicas no século XVIII, é normalmente visto como um *self-made man*; as atividades da Comissão Científica de Exploração no Ceará no século XIX são sempre analisadas com base na sua constituição por homens da Corte enviados pelo imperador, e nunca pela atuação dos locais; e o evento de observação do eclipse solar em Sobral em 1919, que acabou por comprovar a teoria geral da relatividade, é caracterizado unicamente como uma pesquisa científica de interesse internacional.

Na conclusão é oferecida uma explicação a respeito da origem do lugar-comum historiográfico sobre a seca: em 1887 foi fundado o Instituto Histórico e Geográfico Cearense (IHGC), e seus membros justificaram o atraso de mais de 10 anos em relação à data prevista para a inauguração em função do advento da seca (em julho de 1877 teve início a “grande seca”). Tratava-se, no entanto, de uma concepção muito mais antiga e enraizada: o entendimento da seca como elemento diferenciador remontava às teorias hipocráticas da Antiguidade, as quais estabeleciam que as “zonas tórridas” seriam inferiores em relação às “médias” – ideias que chegaram ao século XIX com o pressuposto de que os grupos humanos estabelecidos em regiões mais secas estariam fadados a desenvolverem problemas físicos e psíquicos. Aqui, parece-nos que o autor poderia ter explorado um pouco mais os mecanismos de apropriação dessas concepções “clássicas” pelos membros do IHGC. Seja como for, ele sugere que essa concepção veio a ser instrumentalizada pelas elites intelectuais do Sudeste. Ao analisar obras da segunda metade do século XX, de historiadores e cientistas sociais vinculados a instituições científicas dessa região, Vasconcelos identificou, no Capítulo 1, uma disputa de narrativas sobre qual instituição teria sido responsável por fundar a ciência brasileira. Fernando de Azevedo atribui sua origem à Universidade de São Paulo (USP), enquanto Nancy Leys Stepan a relaciona ao Instituto Soroterápico Federal (hoje Fiocruz), no Rio de Janeiro, e José Murilo de Carvalho à Escola de Minas, em Minas Gerais, no século XIX. Nos anos 1990, como em Lilia Schwarcz (1993) e Maria Margaret Lopes (1997), passou-se a olhar os museus de história natural como os *loci* por excelência da produção científica, mas ainda dando pouca visibilidade a museus de fora do eixo Sul-Sudeste. A análise indica que foram estabelecidos como critérios de validação da produção científica, além da localização geográfica, o seu vínculo ao poder público (que deu

origem às instituições e/ou financiou suas atividades), a sua criação, organização ou gerência dentro da “tradição científica europeia” e a crença de que foram as continuadoras privilegiadas da prática científica europeia, entendida como universal e neutra. Embora a análise não avance pelas obras das últimas décadas, fica sugerido se tratar de um problema ainda existente.

O resultado foi o silenciamento das ciências cearenses/nordestinas/não-sudestinas, em um processo análogo ao que causou por muito tempo a marginalização da ciência latino-americana pela ciência europeia, como argumentado na conclusão. O livro de Vasconcelos se insere na perspectiva historiográfica atual de procurar superar o “modelo difusionista” europeu de história das ciências, refletido no pensamento sobre ciência das elites intelectuais sudestinas. Assim, apesar de contabilizar o expressivo número de 33 trabalhos que mencionaram o médico e suas atividades científicas apenas entre 1901 e 2022, ele também foi alvo de uma operação de obliteração, pelo fato de se tratar de trabalhos que, reproduzindo muitas vezes informações uns dos outros, não passam muito de observações “pontuais e fragmentadas” sobre ele. A maior parte das citações está presente em pesquisas feitas em Fortaleza, e predominantemente por parte de autores ligados ao Instituto Histórico do Ceará em épocas mais recuadas e por pesquisadores universitários mais recentemente. A mudança, como assinala o autor, resulta da expansão dos programas de pós-graduação em universidades situadas para além dos eixos tradicionais nas últimas décadas. O estudo de Vasconcelos, assinale-se, beneficia-se de um movimento historiográfico que propõe perspectivas menos orientada pelos “centros”, o que resulta em uma imagem mais complexa e rica da realidade científica brasileira.

O livro é resultado de vasta pesquisa documental em diversos arquivos. Alguns aspectos e momentos da trajetória de Alves Ribeiro permanecem desconhecidos (família, infância e adolescência), razão pela qual o autor não apresenta sua obra como uma biografia. Diríamos, contudo, que foi feita a biografia possível do personagem. Ademais, com a documentação coletada, Vasconcelos realizou sua própria operação historiográfica, o que fez em escrita clara e com um cuidado constante de tentar explicitar a razão de suas escolhas e justificar suas avaliações, inclusive apontando os limites impostos pelas fontes. Os atributos que tornam a ciência do dr. Alves Ribeiro “peculiar” são aqueles que fogem às características que praticamente definem o que é ciência de acordo com o discurso historiográfico hegemônico que identificou: ela é feita longe das áreas centrais; seu autor estudou medicina em Harvard e não em Coimbra ou Montpellier, como tradicionalmente faziam os membros das elites nacionais; e o fato de suas pesquisas, colecionismo e o estabelecimento do gabinete de história natural não terem sido fruto de financiamento estatal, mas de seu investimento particular.

A escolha por Harvard – universidade que ainda não tinha todo o prestígio que veio posteriormente a adquirir – não tem ainda uma explicação clara, mas outros fatos foram revelados pela pesquisa: ele foi admitido para o curso médico sem ter feito o preparatório, entrou na turma de 1849-1850, teve um primo que se doutorou em medicina na mesma instituição pouco depois – e que se envolveu numa polêmica sobre a presença de alunos negros nas aulas –, entre outros. Em 1883, no *Dicionário bibliográfico brasileiro*, Sacramento Blake noticiou que Alves Ribeiro foi “aprovado pela faculdade do Rio de Janeiro em sua volta ao Brasil”. Todavia, como descobriu Vasconcelos, a revalidação de seu diploma foi feita na Faculdade de Medicina da Bahia. Em seu retorno, ele se casou e exerceu o ofício de médico no Rio Grande do Norte e em Pernambuco, antes de retornar a Fortaleza, em 1858, onde veio a se tornar o primeiro médico da Santa Casa de Misericórdia, em 1861.

Como aponta o historiador, a atividade de médico foi sempre exercida paralelamente ao seu interesse por história natural, desde o retorno ao Brasil (é muitas vezes difícil fazer a separação entre atividades propriamente “médicas” e as “científicas”). O autor localizou documentos datados de 1852 e 1853 que mostram, entre outros aspectos, que Alves Ribeiro enviou uma “pele de serpente sul-americana” para a The Boston Society of Natural History. Dotou também aquela instituição de informações “correntes entre os nativos do país” sobre os “hábitos” e “várias lendas” a respeito daquele animal, e noticiou-a sobre sua descoberta de um “novo alcaloide em uma planta brasileira”, do qual estava estudando as propriedades medicinais. Fazia parte daquela instituição Horatio Robinson Storer, que havia sido seu colega de turma e que leu, perante a Sociedade, alguns dos documentos enviados pelo médico brasileiro. Seu pai, David Humphrays Storer, foi professor de medicina (responsável pela “Cadeira de Partos”) de ambos. Alves Ribeiro veio futuramente a lhe dedicar o *Manual da parteira*, enviando-lhe um exemplar. Manteve, portanto, vínculos com colegas e professores daquela universidade.

Suas pesquisas de objetos de história natural nos anos 1850 também deram origem a uma coleção própria, a qual veio a se transformar num gabinete de história natural aberto à visita pública em 1867, conforme os periódicos da época informaram. Essa iniciativa nos parece ser uma das manifestações de um dos aspectos mais reveladores e importantes da atuação do médico desvelados pela pesquisa: o espírito verdadeiramente público da prática científica do dr. Alves Ribeiro. O médico esteve longe de se tratar de um “cientista de gabinete”, desinteressado das questões sociais. O objetivo do museu era que servisse para a instrução pública, ou seja, tinha finalidade educativa. Ele depois doou a coleção ao Estado (o que possivelmente fez influenciado por certa cultura de doações existente em Harvard), que fez dela acervo do Museu Provincial (sinal também do prestígio do cientista e reconhecimento da importância da própria coleção), ocupando o mesmo espaço da Biblioteca Pública do Ceará. O que se sabe sobre o conteúdo da coleção é o que informa o *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial para o ano de 1873*: foram lá expostos objetos naturais organizados como coleções de zoologia (macacos, gatos-do-mato, aves, peixes, aranhas, conchas), paleontologia (fósseis e ossadas de animais), mineralogia (rochas) e “arqueologia numismática” (materiais indígenas e até moedas paraguaias). Chama a atenção a organização da coleção (os espécimes são taxidermizados) e seu conteúdo composto também por “curiosidades” – duas dimensões voltadas à divulgação científica, à atração do público e à sua educação científica.

Foi imbuído do mesmo propósito que fundou o periódico *A Lancêta*, em 1862, o primeiro jornal publicado com objetivo específico de noticiar ações médico-científicas no Ceará, embora não apenas. Possivelmente inspirada no periódico inglês *The Lancet* – com o qual, resta demonstrado pela pesquisa, o médico cearense se correspondia –, a publicação visava divulgar contribuições de seus assinantes sobre qualquer matéria, publicar as atividades nas quais seu fundador atuava e noticiar sobre conteúdos veiculados em jornais internacionais.

A publicação em 1862 do livro *Manual da parteira, ou pequena compilação de conselhos na arte de partejar escrita em linguagem familiar* visou à divulgação de seus conhecimentos médicos. Ao contrário do que se poderia pensar, explica o próprio médico se tratar de obra destinada a um público não especializado, objetivando-se contribuir com a instrução da população na matéria. Vasconcelos conta toda a história de sua edição em uma editora de Leipzig (Alemanha), sugerindo inclusive que a publicação possa ter sido resultado do contato da Comissão Científica enviada à Europa por dom Pedro II com a editora. Nesse sentido, pode-se

imaginar a possibilidade de que o nome do dr. Alves Ribeiro estivesse inserido em uma rede científica e política nacional mais ampla. Com base em indícios, Vasconcelos pôde identificar que a obra foi escrita entre 1858 e 1859 e finalizada em janeiro de 1860. Inclusive, o *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, divulgou o novo lançamento. O livro continha uma série de dados biográficos do autor em seu frontispício, inclusive a informação equivocada de que ele seria “Doutor em Medicina pela Universidade de Cambridge” (Cambridge é também nome da cidade onde se localiza Harvard). O historiador aventa a possibilidade de o “erro” ter sido cometido propositalmente pelo próprio médico, pois os dados foram inseridos no texto por ele mesmo. Chamou-nos a atenção o fato desse equívoco também constar da sua biografia publicada por Sacramento Blake no seu *Dicionário*.

Entra também no rol de contribuições do dr. Alves Ribeiro à população um parecer que redigiu a pedido provavelmente do presidente da província sobre as condições da água do açude Pajeú então existente em Fortaleza. Para tanto, ele se valeu de seus conhecimentos e instrumentos científicos (termômetro e microscópio) para a examinar a água, cuja estagnação era apontada como um possível fator de risco para a saúde pública. Baseando-se na teoria miasmática, o médico propôs o rebaixamento das águas para combater os miasmas.

Uma última atividade médico-científica analisada no livro foi a introdução de um método inédito de aplicação de anestesia no Brasil por parte do dr. Alves Ribeiro. O médico cearense foi o primeiro a importar o “insensibilizador” (um borrifador de éter) inventado pelo médico e inventor inglês Benjamin Ward Richardson em 1866. Ele usou o equipamento em sua clínica particular já naquele mesmo ano, o que demonstra sua preocupação com a atenção à saúde da população. Ele veiculou também notícia na *Gazeta Medica da Bahia* registrando ter sido seu uso bem-sucedido em “pequenas operações” e “extrações de dentes”. A análise do historiador compreende também o entendimento de que seu nome foi obliterado pela “história oficial” no que se refere ao seu pioneirismo no uso desse equipamento anestésico no Brasil.

*A ciência peculiar de Joaquim Antonio Alves Ribeiro: Ceará – Harvard – Ceará* é uma conclamação aos historiadores para que pensem a ciência para além de lugares-comuns e um exemplo de como novos caminhos de pesquisa são possíveis.

## Referências bibliográficas

- LOPES, M.M. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SCHWARCZ, L.M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- VASCONCELOS, E.H.B. de. *A ciência peculiar de Joaquim Antonio Alves Ribeiro: Ceará – Harvard – Ceará*. Teresina: Cancioneiro, 2024.